REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

TECNOLOGIAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA EDIÇÃO ESPECIAL SEMANA DE ENGENHARIA

ARTIGO

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE FÍSICA NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS

ANALYSIS OF PHYSICAL ACCESSIBILITY ON THE STATE UNIVERSITY CAMPUS DE FEIRA DE SANTANA – UEFS

FAYANE F. DE O. ALMEIDA

Graduanda em Engenharia Civil. Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: fayfreitas04@gmail.com

JADSON ALVES DA COSTA

Graduanda em Engenharia Civil. Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: costajadson2001@hotmail.com

PABLO RODRIGO FICA PIRAS

Doutor em Engenharia Química pela UFRJ. Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: pafipi@uefs.br

RESUMO

Este artigo pretende discutir sobre a questão da acessibilidade, voltada principalmente para a mobilidade, nas instalações do campus da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Os métodos utilizados neste estudo foram qualitativos e quantitativos, os dados foram coletados através de medições e observações feitas no local, seguida por levantamentos fotográficos. Como objetivo existe a preocupação em gerar uma discussão sobre inclusão e acessibilidade, ainda pouco discutido no âmbito universitário, e propor soluções, que envolvem em sua grande maioria, a eliminação das barreiras arquitetônicas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Mobilidade; Barreiras arquitetônicas.

ABSTRACT

This article intends to discuss the issue of accessibility, mainly focused on mobility, in the facilities on the campus of the State University of Feira de Santana – UEFS. The methods used in this study were qualitative and quantitative, data were collected through measurements and observations made on site, followed by photographic surveys. The objective is to generate a discussion about inclusion and accessibility, which is still little discussed at the university level, and to propose solutions, which mostly involve the elimination of architectural barriers.

Keywords: Accessibility; Mobility; Architectural barriers.

INTRODUÇÃO

Atualmente fornecer uma educação inclusiva é um dos maiores problemas do sistema educacional, embora seja um direito assegurado pelo artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que afirma que todo ser humano tem direito a instrução e, complementa:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

Entende-se por educação especial a:

Art 58. (...) modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

A história da educação especial no Brasil teve início no século XIX com a vinda de serviços dedicados a essa parcela da população inspirados por experiências norte-americanas e europeias. No entanto, somente no início dos anos 60 essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente com a denominação de "educação dos excepcionais" (MANTOAN, 2002).

Essa educação especial deve estender-se por todos os níveis da educação escolar, desde a educação básica até a educação superior. Ou seja, é um direito o acesso a uma educação superior inclusiva e acessível a todos.

A acessibilidade trata-se da:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020).

Pensando nos problemas voltados à mobilidade, uma rota acessível é:

trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência e mobilidade reduzida (ABNT, 2020).

Em 1999, com a aprovação da Portaria nº 1.679 (BRASIL, 1999), buscou-se assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamento e instalações das instituições de ensino, determinando que

algumas exigências, acerca da acessibilidade de pessoas com deficiências físicas, visuais e auditivas, fossem incluídas nos instrumentos destinados a avaliar processos de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Estes requisitos foram estabelecidos com participação da Secretaria de Educação Superior, sob apoio da Secretaria de Educação Especial e, tendo como referência a Norma Brasil 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (BRASIL, 1999).

Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados durante a projeção, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, levando em consideração diversas condições de mobilidade e percepções do ambiente, com ou sem a ajuda de bengalas, próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, sistemas assistivos de audição ou qualquer outro instrumento que venha a complementar as necessidades individuais (ABNT, 2020).

A preocupação com edificações, mobiliário e demais elementos do espaço educativo, pode ser relacionada com algumas evidências na continuação das atividades depois da formação universitária, pois há dados que evidenciam que os estudantes com deficiência física estão sub-representados. De acordo com o U.S. Bureau of Labor Statistics (USBLS, 2020), nos EUA, dos aproximadamente 31 milhões de pessoas com deficiência física e com mais de 16 anos (em idade de trabalhar, segundo as considerações locais), somente 19.3% deles estavam empregados em 2019, em comparação com 66.3% dos 229 milhões de pessoas com mais de 16 anos sem deficiência física, no mesmo ano (USBLS, 2020).

Ainda de acordo com a mesma fonte, apenas 28,2% dos formados com deficiência estavam empregados em 2019, em comparação com 75,5% de quem não tinha deficiência (USBLS, 2020). No geral, os alunos com deficiência física, têm menos experiências profissionais depois de concluírem a faculdade, em comparação com colegas sem deficiência (MAZZOTTI et al., 2016; PILLETTE, 2019).

Ocorre especialmente com jovens adultos com deficiência: quando candidatos a empregos, as deficiências motoras, ortopédicas, visuais e auditivas "aparentes" parecem desencadear estigma ou preocupações inconscientes nos empregadores, especialmente se tiverem experiência limitada no fornecimento de adaptações razoáveis aos funcionários com deficiência (PILLETTE, 2019).

Assim, a adequação física nos campus, melhorando a acessibilidade, já é uma contribuição, tendo em conta que muitos estudantes relatam, paradoxalmente, ter problemas com a localização ou a inacessibilidade dos edifícios onde os serviços de apoio são prestados na instituição (PARKER; MARKLE, 2021).

Objetivos gerais e específicos

Com base em tudo o que foi discutido, este estudo tem como objetivo analisar a acessibilidade no campus da

Universidade Estadual de Feira de Santana, atentando principalmente as questões de mobilidade, por ser um dos fatores que mais afeta o dia a dia daqueles que possuem mobilidade reduzida, podendo influenciar em sua decisão de permanecer ou não, na instituição.

Ademais, são tidos como objetivos específicos a aplicação de instrumento de avaliação para identificação de questões sobre acessibilidade e, a partir de então, propor possíveis soluções, levantando, também, discussões acerca do tema.

Deficiência: Conceituação

Define-se deficiência como,

Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão (AMIRALIAN et al, 2000).

Ou ainda,

Art. 3.: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se: I - deficiência: toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999);

Por sua vez, "incapacidade" é tido como a restrição, resultante de uma deficiência, da capacidade individual de desempenhar funções esperadas e consideradas normais para um ser humano (AMIRALIAN et al, 2000). Ou seja, representa a materialização da deficiência.

Existem diferentes causas e tipos de deficiência. Cada uma das quais possuem diferentes características e por isso diferentes necessidades particulares.

Art. 4.: I - *deficiência física* - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; II - *deficiência auditiva* - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ; III - *deficiência visual* - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo

visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004);

Em se tratando da dificuldade com relação a mobilidade e da percepção do espaço, são essas deficiências, sensorial e física, que mais influenciam a questão da acessibilidade física, foco deste trabalho.

UEFS e a acessibilidade física

A UEFS possui uma unidade central localizada em Feira de Santana na Avenida Transnordestina. O campus conta com sete pátios de aula, creche e centro de educação básica, laboratórios, biblioteca central, restaurante universitário, prédio de reitoria e administração centralizada, centros de unidades administrativas, cantinas e áreas de convivência, museus, auditórios, serpentário, herbário, residência universitária e residência indígena. A instituição congrega ainda o Campus Avançado da Chapada Diamantina, em Lençóis, e o Campus Avançado de Pintadas, ambos no estado da Bahia, e outros prédios localizados em Feira de Santana, onde funciona atividades de ensino, pesquisa e extensão (Horto Florestal; Observatório Astronômico Antares; Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA); Clínicas Odontológica; Biblioteca Setorial Monteiro Lobato, Serviço de Assistência Jurídica (SAJ)) (UEFS, 2019).

Como uma universidade pública cujo um dos objetivos, definidos em seu estatuto, consiste em ministrar educação geral de nível superior, formando cidadãos responsáveis, empenhados na solução democrática dos problemas nacionais. É imprescindível que esta busque garantir igualdade de acesso ao conhecimento, oferecendo um campus acessível a aqueles que necessitam de condições específicas (UEFS, 2013).

METODOLOGIA

Tratando-se de um levantamento de caráter exploratório buscou-se analisar a acessibilidade nas edificações e vias de circulação no campus da UEFS, sob uma ótica quanti-qualitativa.

Dividiu-se então a metodologia de pesquisa em:

- I. Estudo e delimitação do tema;
- II. Levantamento bibliográfico;
- III. Definição do instrumento de avaliação;
- IV. Estudo do local, sendo feitos, também, registros fotográficos;
- V. Tabulação dos dados;
- VI. Redação do texto;
- VII. Análise dos dados e proposições de adequações.

Os espaços avaliados foram: vias de circulação externa e interna (calçadas em frente aos módulos, corredores e assarelas de ligação entre os módulos); salas de aula; banheiros; biblioteca e reitoria.

Todos os ambientes foram percorridos a pé.

Apresentação do campus universitário

O campus da UEFS basicamente é composto por 7 módulos, sendo cada um deles dividido em partes menores:

I. Módulo Administrativo (MA);

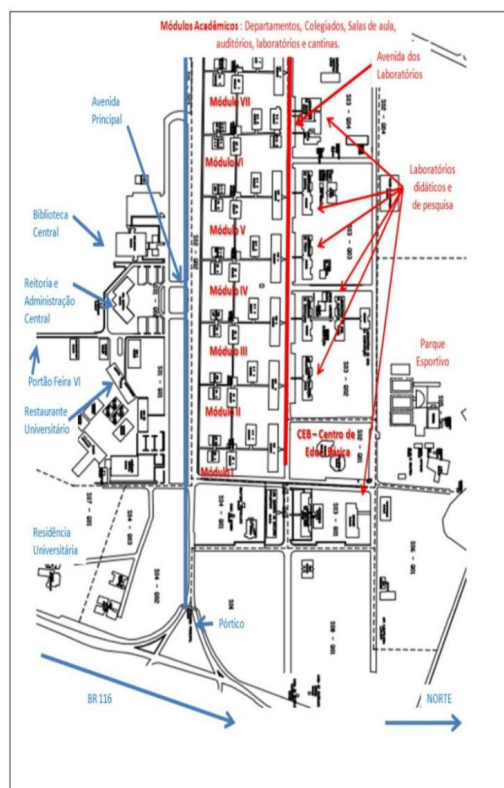
II. Módulo Teórico (MT);

III. Módulo Prático (MP);

IV. Pavilhão de Aulas Teóricas (PAT) – O Módulo VI apresenta um Módulo Experimental (ME) em vez de um PAT.

Existem passarelas que fazem ligação entre os módulos cujas frentes estão voltadas para a avenida principal. Além dos módulos há outras construções situadas pelo campus e suas localizações são as apresentadas na Figura 1.

Figura 1 - Mapa do campus da UEFS



Fonte: Guia do Estudante – UEFS (2018)

A Figura 1 é uma representação do campus da UEFS. Nela é possível observar que existem três avenidas principais, paralelas. A avenida principal, para onde as frentes dos módulos ficam voltadas, a avenida dos laboratórios, e a avenida que dá acesso ao edifício da Biblioteca Central, do Restaurante Universitário (RU) e seus vizinhos. Existem ainda as vias que atravessam os Módulos teóricos.

As vias perpendiculares e centrais dos módulos, exclusiva para pedestres, une todas as sub-repartições das unidades modulares (MA, MT, PAT, etc.). Trajeto este contínuo e de nível

semelhante sem degraus ou escadas, com exceção do PAT do módulo VII que apresenta uma estrutura de duplo pavimento.

Separando a Avenida principal e a avenida que dá acesso ao prédio da biblioteca, existe o Canteiro Central, e este não é pavimentado. É nesta área que se localizam os pontos de ônibus.

Além das já descritas existem outros locais distribuídos pelo campus como a Residência Universitária, os Bancos, a Assessoria de Informática, o Parque Esportivo, o Centro de Educação Básica, e o Pavilhão de Aulas (PAV).

Avaliação das barreiras arquitetônicas no campus da UEFS

A análise é restrita a algumas das áreas mais frequentadas pelo corpo de docentes e discentes. São estes: os módulos do I ao VII, a biblioteca, e seus acessos.

Inicialmente será apresentada uma tabela, com uma avaliação como resumo da análise de fatores semelhantes entre os módulos, por terem, essencialmente, estruturas muito semelhantes. São eles: a presença de rampas e corrimãos nos devidos locais, a existência de sanitários acessíveis e sua sinalização. Estes tópicos foram escolhidos, além de se repetir entre os módulos, também podem ser tratados de forma quantitativa, gerando informações que são mais facilmente lidas e interpretadas.

Na tabela, os módulos serão divididos em três áreas:

I. Entrada do Módulo ao MT, compreende todo o trajeto desde a calçada da Avenida Principal até a área do MT (e também a cantina, nos módulos ímpares);

II. MT ao MP, compreende a área a partir da entrada do MT (nos módulos ímpares, a partir das cantinas) até o MP;

III. MP à saída do módulo, compreende toda a área a partir do MP até a saída do módulo, dando para a Avenida dos Laboratórios. Sendo incluindo a região do PAT e ME, este último em se tratando do módulo VI. (Nos gráficos será tratada como PAT).

Após a análise da tabela será feita uma análise qualitativa de todos os dados obtidos. A tabela constitui-se em 5 itens que vão ser avaliados por módulo e por trecho do módulo, sendo os itens em questão:

- I. Há corrimão ao lado da escada?
- II. Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível de escadas?
- III. Há corrimão ao lado da rampa?
- IV. Há pelo menos um sanitário acessível?
- V. Os sanitários acessíveis são devidamente sinalizados?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta o resultado da avaliação realizada.

Tabela 1 - Avaliação da acessibilidade

Trecho Analisado	Módulo						
Da entrada do Módulo ao MT	I	II	III	IV	V	VI	VII
i. Há corrimão ao lado da escada?	S	S	N	-	S	-	-
ii. Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível de escadas?	S	S	N	S	S	-	S
iii. Há corrimão ao lado da rampa?	S	S	-	N	N	-	S
iv. Há pelo menos um sanitário acessível?	S	S	S	S	S	N	S
v. Os sanitários acessíveis são devidamente sinalizados?	S	N	N	N	S	-	N
Do MT ao MP	I	II	III	IV	V	VI	VII
i. Há corrimão ao lado da escada?	-	-	-	N	-	-	-
ii. Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível de escadas?	-	-	-	S	-	-	-
iii. Há corrimão ao lado da rampa?	-	-	-	S	-	-	-
iv. Há pelo menos um sanitário acessível?	N	N	N	N	N	S	S
v. Os sanitários acessíveis são devidamente sinalizados?	-	-	-	-	-	N	N
Do MP à Saída do Módulo	I	II	III	IV	V	VI	VII
i. Há corrimão ao lado da escada?	N	N	N	N	N	-	S
ii. Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível de escadas?	S	S	S	S	S	S	S
iii. Há corrimão ao lado da rampa?	S	N	N	N	S	N	S
iv. Há pelo menos um sanitário acessível?	S	S	S	S	S	S	S
v. Os sanitários acessíveis são devidamente sinalizados?	N	N	N	N	N	N	S

LEGENDA

- [S] SIM
[N] NÃO
[-] NÃO EXISTE

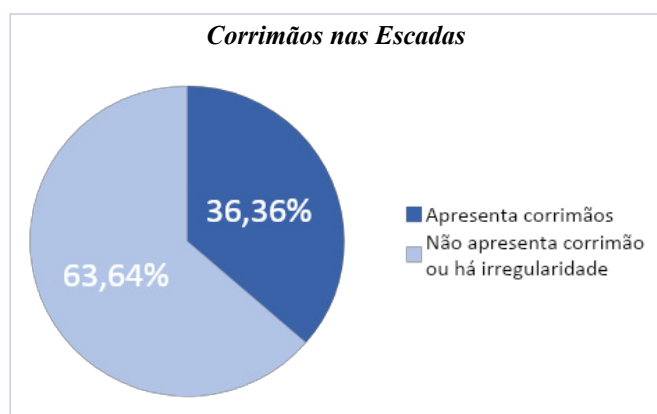
Fonte: Os autores.

A partir dos dados reunidos na tabela foi possível montar gráficos que tornaram mais claros alguns resultados.

Primeiramente, analisou-se a presença dos corrimãos nos locais com presença de escadas. Graficamente foi representado o contraste entre a existência e a ausência desse elemento.

Como visto na Figura 2, 63,64% das escadas não apresentam os corrimãos como deveriam, já que segundo a

Figura 2 - Gráfico de corrimãos nas escadas



Fonte: Os autores.

NBR 9050 (ABNT, 2020), "Os corrimãos devem ser instalados em rampas e escadas em ambos os lados". Ou seja, a maior parte das escadas apresenta esta irregularidade.

Como o trecho da norma também cita as rampas, a ocorrência de corrimãos nesses ambientes também foi analisada. Assim como a existência de rampas em ambientes onde seriam necessárias para vencer o desnível.

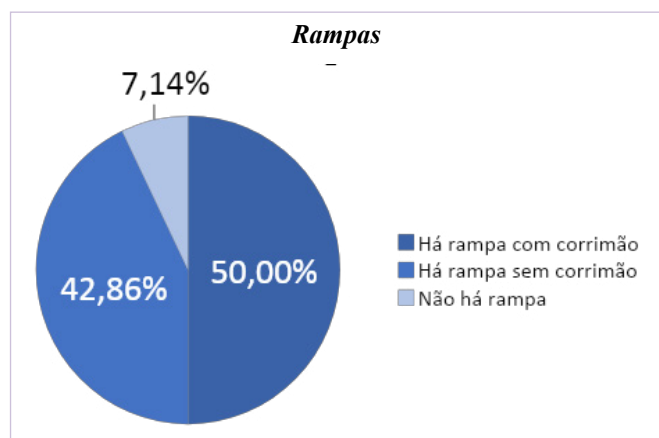
A Figura 3 traz uma informação gráfica sinalizando a presença de rampas e corrimãos. É importante salientar que o tópico "Há rampa sem corrimão" faz referência, também, às rampas onde há a presença de corrimão mas, em desconformidade com a norma.

É visível que metade das rampas analisadas nos módulos atende à norma. Com um percentual de 7,14% representando áreas com ausência de rampa.

Os Módulos I e VII são os únicos em que existem rampas com corrimãos, conforme a norma. Enquanto isso, os Módulos II, IV, V e VI há rampas em que se faz necessário adicionar corrimãos, ou adequá-los de modo que atendam aos requisitos da norma. E por fim, no Módulo III, existe a demanda da construção de rampas com corrimãos, em alguns acessos.

Foram feitas, também, análises gráficas da presença de sanitários acessíveis, nos módulos.

Figura 3 - Gráfico de rampas

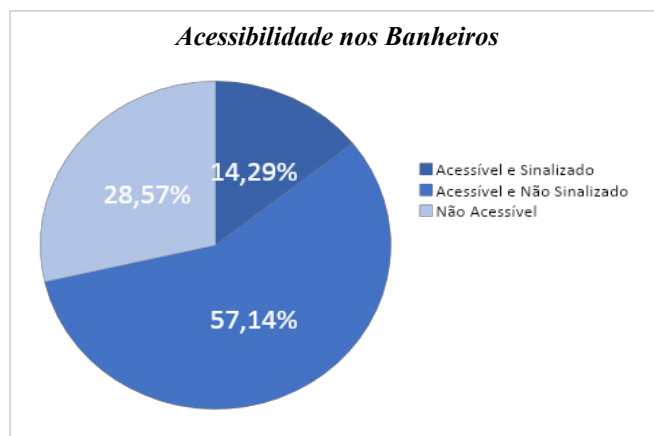


Fonte: Os autores.

Com relação aos sanitários acessíveis, é importante ressaltar que não foi feita uma análise profunda de todos os fatores que enquadram um banheiro nessa categoria, tais como altura da bacia sanitária e pia, presença de barras de apoio, tolerâncias dimensionais e outros. O que buscou-se avaliar a presença de sanitários direcionados a atender ao público com dificuldade de mobilidade e se estes, quando presentes, eram sinalizados.

A Figura 4 mostra as relações totais de porcentagem entre a existência de sanitários não acessíveis, acessíveis não sinalizados e acessíveis sinalizados. O gráfico deixa claro que mais da metade dos banheiros analisados possuem sanitários ditos acessíveis, entretanto, não são devidamente sinalizados. A porcentagem de sanitários acessíveis e sinalizados é de apenas 14,29%. E 28,57% dos banheiros ainda devem ser adaptados.

Figura 4 - Gráfico da acessibilidade nos banheiros



Fonte: Os autores.

Tomando como base a Tabela 1, é possível perceber que apenas no módulo VII, em todos os trechos analisados, há a presença de ao menos sanitário voltado para pessoas com dificuldade de mobilidade. Nos demais módulos, há rotas sem sanitário acessível.

Os MPs são as áreas que mais necessitam de adaptações nos banheiros e os PATs necessitam de atenção especial voltada para a sinalização.

Análise das barreiras arquitetônicas

Nas vias de circulação externa, é comum a presença de desníveis significativos e/ou da degradação de trechos do calçamento – Figura 5 e 6 – evidenciando uma necessidade urgente de manutenção dessas áreas. O mesmo é observado nas passarelas que interligam os módulos, cujo percurso é feito exclusivamente a pé.

Figura 5 - Acesso a entrada do módulo III



Fonte: Os autores.

Figura 6 - Calçada próxima ao acesso do Módulo IV



Fonte: Os autores.

Em contraste, o trecho que se estende do pórtico ao módulo I – Figura 7(a) –, já foi modificado no intuito de atender os requerimentos estabelecidos na norma. Das rotas analisadas esta foi a única em que se encontrou a presença de piso tátil. As rampas estavam em ótimas condições, devidamente sinalizadas e alinhadas com as faixas de pedestres como mostrada na Figura 7(b).

O piso tátil é extremamente importante. Dentre suas utilidades está o guiar e orientar, pessoas com baixa visão. Devem possuir uma cor contrastante com o chão para que assim uma pessoa com visão residual possa segui-lo. A Figura 7(c) mostra que em uma porção do caminho o piso tátil se encontra tão sujo que quase não é mais perceptível o tom de amarelo desejado.

Uma irregularidade que afeta diretamente a segurança, encontrada nesse mesmo trajeto, é a mostrada na Figura 7(d): um desnível alto e próximo do piso tátil, sem barreira de proteção, o que pode elevar as chances de ocorrência de acidentes nesse local.

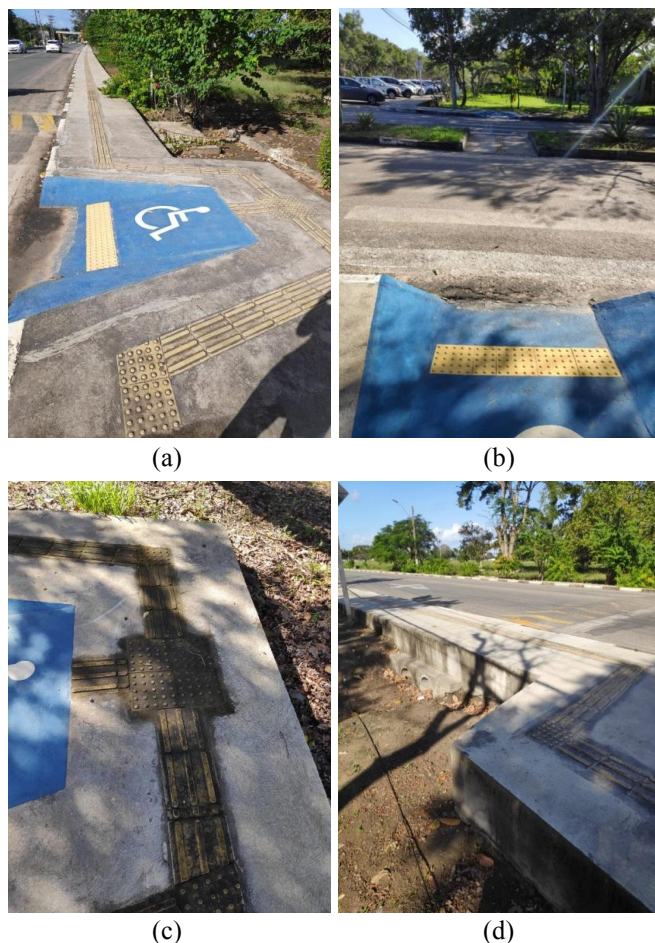
Alguns anos antes, todo esse trajeto não apresentava sequer pavimento, a Figura 8 é uma foto do mesmo local, mostrada na Figura 7(b), em 2014.

Figura 8 - Faixa de pedestres no trajeto do pórtico ao Módulo I, 2014



Fonte: Ribeiro, 2014

Figura 7 - Rampa e Piso tátil no trajeto Pórtico/Módulo I



Fonte: Os autores.

Ainda hoje há regiões do campus que não possuem calçamento. A Figura 9 mostra um trecho do canteiro central entre os pontos de ônibus em que o terreno basicamente não apresenta condição alguma para pessoas com mobilidade reduzida. Existe a presença de barreiras naturais (árvores, raízes) e há o risco de acidentes em dias chuvosos, quando é formada muita lama que torna o trecho extremamente escorregadio.

Figura 9 - Região dos pontos de ônibus



Fonte: Os autores.

Há um trecho pavimento do canteiro central, Figura 10, que interliga a Biblioteca, o ponto de ônibus e a avenida principal do campus. Nessa calçada existe uma rampa, todavia, ela é muito distante da faixa de pedestres. A área pavimentada que leva aos pontos de ônibus apresenta vários trechos com desníveis causados por raízes de árvores. Estas raízes elevam a placa de cimento, transformando a área em uma região propícia a acidentes.

Figura 10 - Calçamento e rampa no Canteiro Central



Fonte: Os autores.

Os Módulos Administrativos, área em que se situam alguns departamentos e colegiados, é em sua maioria posicionada a um nível mais elevado, existindo a necessidade de escadas, tornando necessário a presença de rampas que vençam o mesmo desnível.

Figura 11 - Degraus na área do MA, módulo III



Fonte: Os autores.

Em todos os módulos o acesso ao MA era possível ser feito por escadas e rampas, com exceção do módulo III onde o ingresso se dá apenas por escada, como mostrado na Figura 11.

A Figura 12 mostra a área do MA situado no módulo V, em que existe rampa e escada, entretanto, o corrimão não cobre toda a extensão da rampa e não está presente nos dois lados. O corrimão além de um instrumento de apoio se caracteriza por ser uma barreira de segurança.

Figura 12 - Degraus e rampa na área do MA, módulo V



Fonte: Os autores.

Na área dos MTs, foi observado que, na grande maioria, o acesso às salas só é possível a partir do vencimento de um desnível entre elas e o corredor, vide Figura 13.

Figura 13 - Corredor dos Módulos teóricos



Fonte: Os autores.

Figura 14 - Escada/Rampa no corredor dos MTs, Módulo IV



Fonte: Os autores.

Em geral, os corredores que atravessam os MTs, fazendo a ligação entre os módulos, não necessitam de escadas.

No Módulo IV, no trecho que interliga os MTs, há uma escada com três degraus – Figura 14(a) – e uma rampa com corrimão – Figura 14(b). Aparentemente não há irregularidades. Entretanto há a necessidade de corrimão em ambos os lados da escada.

Apenas os módulos VI e VII têm um banheiro acessível nos MPs, todavia não estão devidamente sinalizados. Tendo o agravante que no módulo VI o banheiro estava sendo usado como uma espécie de depósito, com sacos e objetos de limpeza por todo o banheiro.

Assim como o citado com os MTs, há o mesmo problema com a diferença de nível entre as salas e o corredor nos módulos práticos.

E por fim nos PATs, existem banheiros acessíveis em todos os módulos, contudo somente no módulo VII foi encontrado um banheiro devidamente sinalizado.

Em alguns casos os banheiros também se encontram trancados, sendo necessário fazer a solicitação a algum funcionário para que seja aberto.

No final dos módulos, após o PAT, há uma saída que leva à Avenida dos Laboratórios, e como a maioria dos módulos está em nível mais alto são necessárias escadas e rampas. Não há corrimãos ao lado das escadas, com exceção do Módulo VII que cumpre esse requisito. Todos os módulos têm rampa, porém somente nos módulos I, V e VII possuem os corrimãos necessários, como é possível ver na Figura 15.

Além dos módulos, outro local analisado foi a Biblioteca Central, por ser o principal local de estudo de todo o campus, além de concentrar um amplo acervo bibliográfico.

Figura 15 - Rampa - Saída do Módulo V



Fonte: Os autores.

A Biblioteca não tem acesso ao andar superior, onde encontram-se as cabines de estudo e a sala de recursos audiovisuais, senão por meio de escada.

No acervo de livros da Biblioteca, o espaço entre as prateleiras é muito estreito, impossibilitando a passagem de um cadeirante, por exemplo. E, além disso, há obstáculos entre algumas estantes, como colunas que atrapalham ainda mais a mobilidade nessa região, como pode ser visto na Figura 16.

Figura 16 - Obstáculos na Biblioteca



Fonte: Os autores.

Até a conclusão deste estudo, não havia banheiros acessíveis na biblioteca, e os banheiros que existem tem suas portas de entrada muito estreitas.

É possível acessar a Biblioteca por meio de rampa, que é visível nas Figuras 26 e 27. Porém, esta rampa não está devidamente sinalizada, quase toda a tinta já foi desgastada.

A partir dos resultados e análise foram elaboradas algumas proposições de mudanças, visando tornar os locais com problemas arquitetônicos mais acessíveis. Essas ideias serão apresentadas na Tabela 2.

A Reitoria em conjunto com o Núcleo de Acessibilidade (Nau/UEFS) e a Unidade de Infraestrutura e Serviços (Uninfra) pretendem desenvolver projetos de acessibilidade na instituição.

Figuras 17 e 18 - Rampa externa da Biblioteca



Fonte: Os autores.

Tabela 2 - Principais resultados e propostas de solução

AMBIENTE	PROBLEMA ENCONTRADO	PROPOSIÇÕES
Vias de circulação	Pavimentos degradados, e em péssimo estado de conservação. Poucas rampas para acessar as calçadas. Sem piso tátil.	Fazer o processo de manutenção das calçadas, aumentar o número de rampas (não somente na frente da entrada dos módulos). Colocar piso tátil em todo o caminho e guarda corpo.
Corredores internos	Batente elevado nas entradas das salas.	Colocar rampas nas entradas das salas.
Banheiros	Grande parte dos banheiros acessíveis não estavam devidamente sinalizados. Os Módulos Práticos e a Biblioteca não possuíam banheiro específico.	Ter pelo menos um banheiro acessível e unissex em todos os ambientes, sendo estes devidamente sinalizados, seguindo os padrões impostos pela NBR 9050
Biblioteca	Acesso às áreas superiores feitas somente por escadas.	Inserção de uma plataforma elevatória ou um elevador.

Fonte: Os autores.

Na primeira etapa do processo, somente três áreas serão afetadas. São elas:

I. Biblioteca Central Julieta Carteador – serão acrescentados novos banheiros acessíveis, visto que os que já se encontram na instalação não podem ser modificados, e será colocada uma plataforma elevatória permitindo assim o acesso às áreas superiores, como o mezanino.

II. Restaurante Universitário;

III. Módulo IV – por ter uma localização mais centrada, os processos de acessibilidade para os módulos didáticos terão início no IV. Atentar-se-ão a todos os critérios de acessibilidade, tais quais: colocação de pisos táteis, placas de sinalização corretas, rampas, banheiros especiais e etc.

No plano de ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027, é apresentado como um dos objetivos estimular e apoiar as ações de acessibilidade física, tecnológica e social no campus da UEFS. Dentre as medidas a serem tomadas para atingir tal feito, destacam-se ações em conjunto com o Núcleo de Acessibilidade para Educação Inclusiva (NAU) na UEFS (UEFS, 2019).

O NAU existe desde 2017, porém somente em janeiro de 2019, passou a possuir um espaço físico. Suas metas e áreas de atuação ainda estão em processo de desenvolvimento e delimitação, mas, sabe-se que ele atuará principalmente em questões voltadas aos portadores de necessidades especiais, buscando atender a suas individualidades, dando o suporte necessário.

CONCLUSÃO

Além das adaptações físicas é necessário o envolvimento de toda a comunidade universitária e a externa a ela, com elaboração de palestras, a capacitação de professores para lidar com diferentes necessidades que seus alunos possuam.

É necessária ainda uma mudança na forma de pensar, eliminar de vez o estigma que ainda existe sobre pessoas com deficiências. Às vezes as barreiras sociais são mais difíceis de serem transpostas do que as físicas.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2020.

AMIRALIAN, M. L., PINTO, E. B., GHIRARDI, M. I., LICHTIG, I., MASINI, E. F., & PASQUALIN, L. **Conceituando deficiência**. São Paulo, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em 04 de agosto de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art70>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

BRASIL. **Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 1999.

MANTOAN. **A Educação Especial no Brasil – da Exclusão à Inclusão escolar**. Campinas-SP, 2002.

MAZZOTTI, V. L.; ROWE, D. A.; SINCLAIR, J.; POPPEN, M.; WOODS, W. E.; SHEARER, M. L. **Predictors of post-school success: A systemic review of NLTSS2 secondary analyses**, 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 16 de setembro de 2023.

PARKER, D.R.; MARKLE, L. **Ready, willing, but still underemployed: Why college graduates with physical disabilities struggle to launch careers**. NACE Journal, 2021.

PILLETTE, K. **College students with disabilities and employment: Career development needs and models of support**. Huntersville, NC: National Center for College Students with Disabilities, Association on Higher Education and Disability, 2019.

RIBEIRO, F. G. **Acessibilidade em Espaço Universitário: Barreiras Arquitetônicas e Ambientais no Campus da Universidade Estadual de Feira de Santana**. Feira de Santana, 2014.

UEFS. **Estatuto**. Setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.uefs.br>>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

UEFS. **Site institucional UEFS**. Acesso em 04 de agosto de 2019, disponível em: <www.uefs.br>. Acesso em 16 de setembro de 2023.

USBLS – U.S. Bureau of Labor Statistics. **Persons with disabilities: Labor force characteristics news release**, 2020. Disponível em: <www.bls.gov/news.release/archives/disabl_02262020.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2023.